



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 41/2021/AM

FL. N.º 106

(Handwritten signature)

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

N.º 4/2021/AM (Quadriénio 2021/2025)

DATA: Vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um.--

HORA: Vinte horas e doze minutos.-----

LOCAL: Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1.º SECRETÁRIO: Jorge Manuel Santos Silva (CDS/PP);-----

2.ª SECRETÁRIA: Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves (CDS/PP);-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida (CDS/PP);-----

- Alexandra Pinho (CDS/PP);-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro (PS);-----

- José Hermínio Tavares Fernandes (PS);-----

- João Paulo Carvalho da Silva (PPD/PSD), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;-----

- Rosária de Fátima Leite Tavares (PPD/PSD);-----

2021.12.29

- Ana Rita Fernandes Martins (PPD/PSD);-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa (PPD/PSD);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira (CDS/PP);-----
- Vítor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel dos Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Correia Campos – Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Faltaram à sessão os seguintes Deputados Municipais:-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (CDS/PP), por motivos profissionais, considerando a Mesa da Assembleia a sua falta devidamente justificada;-----
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa (CDS/PP), por se encontrar em isolamento à aguardar resultado do teste de despiste à COVID 19, considerando a Mesa da Assembleia a sua falta devidamente justificada;-----
- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (PS);-----
- Pedro Miguel Ledo de Araújo (PS).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência



António Alberto Almeida de Matos Gomes, José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho e André Agostinho Martins da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Tiago Correia Fernandes e Frederico da Costa Martins. -----

Não compareceu a Vereadora, em regime de permanência, Mónica Pinto Seixas, por se encontrar em gozo de férias.-----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem do dia:-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Orçamento Municipal 2022, Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 e Grandes Opções do Plano 2022-2025 – Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;-----
2. Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Vale de Cambra - Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;-----
3. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2022 - Deliberação da Câmara Municipal de 28/12/2021;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes.-----

Relembrou as regras de segurança impostas pela Direção Geral de Saúde, solicitando aos presentes o máximo cuidado, para que daqui não resulte nenhum agravamento da situação verificada no Concelho.-----

Deu nota das faltas já acima indicadas, bem como que o Sr. Deputado João Paulo Carvalho da Silva chegará atrasado, por motivos de saúde.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. ORÇAMENTO MUNICIPAL 2022, PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2022-2026 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à apreciação do ponto em título, referindo que a matéria foi já apresentada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal na sessão do passado dia 22 de dezembro, pelo que abriu o debate e respetivas inscrições para o efeito.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida cumprimentando os presentes e desejando votos de um excelente 2022, no cumprimento das funções de Deputados mas também a nível pessoal e familiar, extensivo a toda a população Concelhia.-----

Sobre a matéria em apreço, referiu que a sua exposição refere-se aos três documentos - Orçamento Municipal 2022, Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 e Grandes Opções do Plano 2022-2025 focando-se, ainda assim, especialmente, no Orçamento para 2022. Fundamentando com as principais razões que levam a bancada do CDS/PP a votar favoravelmente, a saber:-----

- Primeiro, os documentos estão em plena coerência com as linhas de desenvolvimento estratégicas que o CDS/PP iniciou há oito anos e que têm sido sucessiva e amplamente sufragadas pela população. Ao mesmo tempo, estão em coerência com o programa eleitoral recentemente sufragado e de forma maioritária pela população. -----

- Segundo, é um orçamento de rigor, e que tem uma forte preponderância no investimento, que é transversal e abrangente a todas as funções e a todo território do Concelho. Tem um enfoque particular no investimento, com as Despesas de Capital a representarem 28% das Despesas totais. Se às Despesas de Capital subtraírem as amortizações a médio e longo prazo (classificadas como tal mas de



(Handwritten signature)

facto não correspondem a investimento) sobram cerca de 6,5 milhões de euros que correspondem a $\frac{1}{3}$ do total do Orçamento que vão votar. Acresce que terão ainda uma almofada durante o corrente ano, que tem que ver com o Saldo de Gerência, relativamente à parte não executada no corrente ano de 2021 e se estima na ordem de oito milhões de euros, parte substancial da qual vai ser alocada a investimento. Significa cerca de 40% por cento previsto no Orçamento atual. É um Orçamento abrangente a todas as funções, a todas as áreas, focando aquelas que lhe parecem mais relevantes, como a Cultura que aparece como função essencial, prevendo-se cerca de 2 milhões de euros para o Centro de Artes e Espetáculos (dos quais 1,6 milhões de euros beneficiam de apoio comunitário). Junto com o Centro Cultural poderão ser dois polos essenciais para o desenvolvimento do Concelho. Referiu, de seguida, a Educação, desde logo, os investimentos feitos nas várias escolas, contando o Orçamento com a remodelação da EB 1 de Vila Chã, para os quais aloca em 2022 - 550 mil euros de investimento e mais 100 mil já previsto nas Grandes Opções do Plano para 2023. Continua a apostar no abastecimento e captação de água, na rede de saneamento e drenagem de águas residuais. Na segurança e proteção contra incêndios, destacou o Centro de Meios Aéreos onde se estima serão gastos 460 mil euros, dos quais 182 mil com fundos comunitários. Referiu-se também, à Ação Social e às transferências para as Freguesias de cerca de 0,5 milhão de euros, no âmbito da Delegação de Competências que tem sido levada a cabo. Sendo transversal a todo o território, salientou alguns investimentos fora da zona urbana de Vale de Cambra: Arranjo Urbanístico em Junqueira, Recuperação do anexo à Casa da Tulha na Freguesia de Cepelos, a Estrada de Carvalheda em Rôge, a Av. da Senhora da Saúde na Freguesia de S. Pedro de Castelões. Por fim, salientou dois investimentos que, em termos quantitativos não são significativos, mas que entende no plano qualitativo merecem ser mencionados, por se focarem

2021.12.29

no ambiente e a transição climática: continuação do investimento na Eficiência Energética e no Controlo das perdas de Água de Abastecimento Público. -----

- Terceira razão, prende-se com a preocupação social e demográfica que está presente, designadamente no lado da Despesa, mas também do lado da Receita. Ao longo dos anos de governação CDS tem havido uma enorme preocupação em reduzir impostos municipais, aconteceu com a Derrama (baixou 1/3), com as taxas de IMI, com o apoio aos dependentes, e a devolução de IRS às famílias, estando no momento a devolver-se 2% e no próximo ano 2,5%. Através deste benefício as pessoas já trabalhem, numa base de 365/ano, nove dias para si próprias. Pela estimativas a redução dos impostos municipais e devolução de IRS às famílias representará no próximo ano cerca de um milhão de euros que a Câmara Municipal está a transferir para as famílias e para as empresas e que deixa de contar para as suas Receitas. Mas, embora penalize as suas Receitas, representa um alívio fiscal para as famílias e para as empresas do nosso Concelho. Também é uma questão social os preços que a Câmara tem vindo a praticar relativamente a fornecimento de bens e serviços, particularmente no preço da água e do saneamento. Quer nesta área, como na dos impostos municipais, a Câmara de Vale de Cambra é aquela que pratica os preços mais baixos no Distrito e na AMP (Área Metropolitana do Porto). Dos 17 Municípios que integram a AMP é a que tem o melhor quadro fiscal. Tem sido assim também nas taxas municipais que, desde que assumiu mandato há 8 anos, reduziu já por duas ou três vezes aquelas relativas ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificações, tornando mais económica a construção de habitação familiar, mas também de pavilhões industriais, preocupando-se com a atração de pessoas para o Concelho, e portanto há aqui uma preocupação demográfica. A população de Vale de Cambra vinha a cair duzentas pessoas por ano, desde os Censos de



2021.12.29

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2001, enquanto que nos últimos Censos teve um crescimento, de 12 pessoas, pela primeira vez nos últimos 20 anos.-----

- Quarto, é um orçamento equilibrado e é necessário equilíbrio orçamental para que possa haver uma sustentabilidade financeira das Contas do Município. Há quatro critérios que aferem o equilíbrio dos Orçamentos das Autarquias: (1) o critério do Orçamento efetivo, desde logo, porque há um *superávit* entre as Receitas efetivas e as Despesas efetivas de 898 mil euros, que garante o equilíbrio financeiro; (2) o critério do Orçamento ordinário, e aí também é flagrante o *superávit* existente, aliás entre as Receitas extraordinárias as únicas previstas é com vendas de imóveis no montante de 786 mil euros, quando temos Receitas ordinárias mais que suficientes para cobrir todas as Despesas Correntes; (3) critério do Orçamento Corrente, existindo de Receitas Correntes 15 milhões e 96mil euros para Despesas Correntes de 11 milhões 436 mil euros, ou seja, há um *superávit* de 3 milhões e 660 mil euros de saldo, que serve para financiar investimento e Despesas de Capital; (4) o critério que está previsto legalmente na Lei das Finanças Locais é o critério que vai ao saldo corrente e deduz as amortizações de financiamentos a médio e longo prazo e que vê, de facto, se o saldo é ou não positivo relativamente às despesas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Deputado que concluisse a sua intervenção, tendo o mesmo pedido mais um minuto, dado ser o assunto mais importante do ano, continuou a sua argumentação referindo que, segundo o último critério temos um *superávit* de 2,7 milhões de euros que corresponde a 18% das receitas correntes. Se não houver equilíbrio orçamental vai ter de haver endividamento e a subida de impostos, as vendas, os preços dos bens públicos, como foi o caso de São João da Madeira.-----

2021.12.29

- Quinto argumento, é que este Orçamento, assim como os que têm sido aprovados desde o início da legislatura CDS tem um pleno respeito por todos os princípios orçamentais mas, fundamentalmente, pelo princípio da equidade intergeracional. Sempre pautou a sua atividade com uma preocupação neste princípio, isto é, há a preocupação de que não haja compromissos orçamentais assumidos e responsabilidades contingentes que venham a onerar excessivamente as gerações futuras. Tem de se fazer uma análise custo/benefício, o custo futuro tem que ser menor que os benefícios que vão ser retirados dos investimentos.-----

Ao terminar a sua intervenção, deixou duas preocupações que lhes assistem: (1) vivemos uma pandemia em que a incerteza é muita e o Executivo vai ter de governar nessa incerteza, que faz prever que as Receitas e as Despesas poderão oscilar em relação ao que está previsto; (2) por outro lado, o contexto inflacionário que se começa a assistir, em Portugal vai nos 2,6%, ainda não muito preocupante, mas que na Europa e nos EUA a inflação já ronda os 6%. Portanto, é credível que, no próximo ano, se viva com alguma inflação e que os preços dos bens e os juros poderão ser mais altos. Tudo indica que seja transitório e que não se verifique muito tempo, mas ainda assim alerta a Câmara Municipal que tem de se preocupar com a execução orçamental e fazê-la da forma mais rápida possível para que, de facto, essa inflação não venha onerar os custos estimados.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu novamente ao Sr. Deputado que concluísse a sua intervenção, tendo o mesmo aludido, acrescentou apenas que um orçamento é um exercício de definição de opções; tem de haver prioridades; vivemos num País e num Concelho onde as necessidades são múltiplas e ilimitadas e os recursos escassos, e por isso as prioridades são essenciais.-----



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e referiu que todos percebem que o assunto em apreço é importante, mas à Mesa cabe aplicar as regras Regimentais, com alguma condescendência, mas com algum rigor. A condescendência que tiveram com o Sr. Deputado terão com os outros, se necessário.-----

Intervenção de seguida, a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, referindo, após cumprimentar os presentes, ter apreciado bastante a intervenção do Deputado José Soares, notando-se que aprofundou bem o orçamento. Disse que, apesar do orçamento não ser mau, também não é bom; pese embora tenha ressaltado bastantes coisas positivas não deixa de apresentar alguns pontos que são questionáveis tais como a questão da Despesa Corrente ser 60% e a Despesa de Capital ser 40%, o que mostra que não temos um investimento como poderíamos ter; porque o equilíbrio seria 50/50 e o ótimo seria o inverso 60 (despesa capital)/ 40 (despesa corrente). Referiu uma situação já abordada pelo Vereador do PSD, em 2021 tínhamos um investimento de quase 13 milhões de euros sendo que agora em 2022 vamos ter 7,5 milhões de euros e no ano de 2003 já decresce novamente para 3,5 milhões de euros, ou seja, nós temos um continuo decréscimo do investimento o que não deixa de ser algo angustiante, porque se está na altura do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e do Portugal 20/30 seria possível já estar aí previsto as candidaturas que agora estão passíveis de ser feitas e já estariam previstos esses valores; o que quer dizer que não estão a prever essas candidaturas, não estão a prever investimento; quer dizer que numa altura tão crítica como estamos a viver e que seria necessário grandes investimentos públicos, eles não estão previstos. Entende que é um orçamento do dia-a-dia e não um orçamento com uma estratégia a acautelar o futuro.-----

2021.12.29

Informou o seu sentido de voto – a abstenção, pois este Executivo teve a confiança reforçada do público há cerca de 3 meses. E é também o seu primeiro ano a analisar o orçamento, pelo que dá o benefício da dúvida, mas que, a manter-se um orçamento assim, a sua posição não será a mesma.-----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu o poder de síntese da Deputada.-----

No uso da palavra a Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro, após cumprimentar os presentes, referiu que depois da análise do orçamento municipal, documento basilar para a gestão pública colocou as seguintes questões:-----

- relativamente à alocação ao saneamento do montante de 550 mil euros, refere-se este montante a construção, ampliação ou a conservação? Não está claro no orçamento; Em 2022 temos um investimento de 550 mil euros e que, logo em 2023 cai mais de 50%. De que forma é que foi pensado o escalonamento? Quais os critérios utilizados para priorizar o investimento?-----

- no que se refere à Cultura, porque não está vertido no orçamento a programação cultural do Centro de Artes e Espetáculos, do Centro Cultural de Macieira de Cambra e do Centro interpretativo da Serra da Freita ou, por exemplo, do Centro Cívico de Rôge? Quanto vai investir Vale de Cambra em Cultura e em Turismo em 2022?-----

- em relação à transferência de competências, porque não prevê o orçamento a mesma e quais os estudos efetuados nesta área? Estão acautelados os impactos financeiros e sociais da transferência de competências?-----

- quanto à captação de investimento, como pretendem captar investimento para Vale de Cambra? O novo organograma da Câmara Municipal nada diz e o Orçamento idem aspas.-----



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a foram esquemática e breve como a Sra Deputada abordou as questões, o que ajuda e muito a condução dos trabalhos.-----

Usou a palavra, de seguida, a Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, cumprimentando os presentes e desejando um 2022 cheio de saúde.----

Sobre o assunto em apreço proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve de acordo com documento entregue: "Votaremos em breve o Orçamento para 2022, o Plano Orçamental Plurianual para 2022/2025 e as Grandes Opções do Plano para 2022/2025.-----

Pelo que nos é exposto, nele está patente a vontade do executivo.-----

Na nossa opinião, Vale de Cambra e os Valecambrenses mereciam um pouco mais e melhor!-----

É de conhecimento geral que vivemos tempos de crise financeira, económica e social. Tempos esses que requerem respostas inovadoras, globais e progressistas, de forma a permitir que os Valecambrenses consigam ultrapassar este período difícil.-----

Os Municípes têm necessidade de respostas dos poderes públicos para as novas batalhas que enfrentam, e o que está espelhado neste Orçamento é tão somente uma resposta geral de continuidade para os problemas anteriormente conhecidos.

Na nossa opinião o Orçamento tem falta de amplitude.-----

Na nossa perspetiva, é um orçamento pouco abrangente... e que deixa muito a desejar... -----

É, no fundo, um orçamento pouco ambicioso, nomeadamente na área da cultura, da saúde e da educação.-----

2021.12.29

Uma vez que nos encontramos já no terceiro mandato do atual Sr. Presidente da Câmara Municipal, que conhece já a realidade sócio-económica de Vale de Cambra, nós esperávamos um orçamento mais inclusivo, mais amplo e que conseguisse abranger, abraçar e salvaguardar as necessidades reais dos Valecambrenses.-----

Assim sendo, e para sintetizar, após analisar o Orçamento para 2022, o Plano Orçamental Plurianual para 2022/2025 e as Grandes Opções do Plano para 2022/2025, conseguimos encontrar algumas ideias positivas e boas intenções para o bem-estar da população de Vale de Cambra. -----

Mas, e volto a repetir, os Valecambrenses mereciam mais e melhor e é por isso que a nossa Bancada nesta Assembleia Municipal se compromete a fiscalizar de uma forma rigorosa e eficaz a execução quer das Grandes Opções do Plano, quer a execução do Orçamento Municipal, defendendo sempre os interesses comuns de todos os nossos Municípes."-----

Retomou a palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, em intervenção complementar, referindo querer esclarecer o que foi dito pela Deputada Ana Rita Martins quanto ao facto do Orçamento não prever o acesso a fundos comunitários, como o PRR ou o Portugal 20/30, expressando também entender que não deveria ser assim mas, o que é certo, é que a legislação impõe que o orçamento não pode prever receitas de candidaturas que não estejam aprovadas. Só depois da sua aprovação podem ser consideradas.----

Relativamente ao equilíbrio entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes, disse que era fácil alcançar bastando para isso não ter baixado os impostos, ter aumentado o preço da água, aumentando assim as Receitas Correntes, o que conduziria a um equilíbrio entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes. Mas, muitas vezes, quer do lado das Receitas Correntes,



(Handwritten signature)

quer do lado das Despesas Correntes, estamos a apostar socialmente no Concelho, não é só investimento.-----

Em intervenção complementar usou da palavra a Deputada Ana Rita Fernandes Martins referindo que se inscreveu para levantar uma questão, sobre uma das rubricas da Despesa, pois que uma englobava um milhão e qualquer coisa e noutra rubrica constava "Outros", querendo perceber o que estava englobado nesta última, mas que, no entretanto, já foi clarificada pelo Técnico da Câmara Municipal.-----

A este respeito o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Dr. Rui Valente, sempre prestável, pronto e eficaz.-----

De seguida, tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, dando os parabéns ao Deputado Municipal José Soares pela sua explanação brilhante, pois que tocou em todas as áreas fundamentais do que encerra o documento, ele é transversal, ele tem investimento e acomoda tudo o que são as reduções de imposto e taxas e, portanto, tudo isto deve ser ponderado. Agradeceu-lhe, ainda, o esclarecimento prestado quanto à não inclusão de candidaturas ainda não formalizadas. Acrescentou que, em termos de Portugal 20/30 ainda não há muitas linhas orientadoras, ainda está a ser negociado entre o Governo e Bruxelas. Pese embora tenha já sido feito um trabalho sério com a AMP (Área Metropolitana do Porto), com uma equipa de consultores, em devido tempo Vale de Cambra terá direito a uma fatia importante do que vão ser as linhas disponibilizadas, mas que ainda se encontram numa fase prematura. No que se refere ao PRR informou que estiveram no dia a trabalhar na vertente social mas também ainda numa fase prematura. Não querem estar a criar falsas expectativas ou expectativas elevadas.-----

2021.12.29

Em relação às questões colocadas disse que as mesmas foram respondidas pelo Deputado José Soares. -----

Quanto ao comentário que este Orçamento é angustiante no que se refere ao investimento, respondeu que efetivamente à medida que vai havendo execução do programa comunitário, as receitas vão diminuindo por se estar a chegar ao fim do ciclo de apoio comunitário; e tem de se refletir no orçamento a realidade das Receitas.-----

Quanto ao saneamento básico, os valores têm a ver com a gestão e construção de uma obra já adjudicada. As prioridades foram a ampliação de rede a aglomerados perto de zonas onde já existia essa rede, e de acordo com as necessidades nas várias freguesias.-----

No que se refere à captação de investimento foi referido que no Organograma não há nada que reflita isso, mas obviamente o Organograma não tem propriamente a ver com captação de investimento. Há uma vertente que a Câmara está a trabalhar em articulação com a revisão do PDM, no que se refere a ampliação das zonas industriais, principal área de captação de investimento. Referiu ainda o abaixamento das taxas de licenciamento como um sinal claro aos investidores para investirem no Concelho e, que o mesmo já se traduziu no aumento da construção.-----

Relativamente ao Plano Estratégico para o Turismo (PET), disse que estava numa fase de implementação, mas com a pandemia seria, em seu entendimento, um investimento errado, porque estaríamos a gastar dinheiro para captar turistas que não existiam. Com o PET e com o sinal claro que deram para fazer com que os investidores privados possam ser promotores do turismo, revelou que há pessoas com vontade de investir, e estão projetos em construção, efetivamente noutros casos verificou-se estagnação, por falta de confiança no mercado. Há muitas áreas onde a captação de investimento está a ser feita.-----



No que se refere à Programação cultural, referiu ainda não haver a referida programação, nem faria sentido, pois é necessário elaborar um plano estratégico para a cultura para quando o antigo cinema estiver requalificado. Quando faltar três ou quatro meses para a sua conclusão e posterior abertura será pensada essa programação cultural.-----

Na apresentação das Contas de Gerência de 2021, verificar-se-á que a Câmara irá transitar com um saldo positivo considerável, também fruto das contingências que vivemos no momento, especialmente na execução física dos trabalhos ao nível dos concursos desertos, falta de capacidade das empresas, transversal a todo o País. Há muito investimento em curso. Tudo isso somado cria alguns constrangimentos. A esse respeito lançou o Deputado José Soares um desafio, com o qual concorda, que é o de tentarmos acelerar essa execução.-----

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezassete votos a favor, com um voto contra (da Deputada do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro) e cinco abstenções (dos Deputados José Hermínio Tavares Fernandes e Victor de Sousa Tavares do PS, assim como dos Deputados do PPD/PSD Rosária de Fátima Leite Tavares, Daniel Alexandre Martins Barbosa e Ana Rita Fernandes Martins), aprovar o Orçamento Municipal para 2022, o Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 e as Grandes Opções do Plano para 2022-2025, bem como os documentos complementares, e ainda emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2022.-----

Chegou à sessão o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva.-----

2. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VALE DE CAMBRA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, pese embora a documentação entregue, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a Proposta da Câmara a que preside.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva quis dizer que, cada vez mais, as Câmaras têm de trabalhar e se organizar por forma a agilizar e melhorar a sua capacidade de resposta. O objetivo é que com esta estrutura a Câmara possa responder com a máxima eficácia às solicitações da população. Entende que este é um bom documento, que permite agilizar os serviços, organizar melhor os mesmos e permitir responder com mais eficácia às solicitações, olhando também para os desígnios futuros, designadamente a descentralização de competências. Essa organização funcionará se as pessoas também derem o seu máximo empenho, pois que a missão dos políticos e também dos colaboradores é estarem à altura das exigências e dos desafios colocados pela população. Estamos ao serviço dos Valecambrenses. Acreditam que o mesmo dará essa cabal resposta.-----

Interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Vereador José Alexandre Coutinho Bastos Pinho, com competências na área dos recursos humanos, referindo que, embora a apresentação deste documento, seja da responsabilidade dos Recursos Humanos, este foi feito em colaboração com o Sr. Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores em regime de permanência, sendo consensual, mas que se o fossem fazer individualmente haveriam certamente diferenças, mas que como equipa é o que acham que será mais funcional e permitirá dar uma melhor resposta aos Valecambrenses. -----



[Handwritten signature]

Não foi um regulamento feito a partir de uma página em branco, foi um regulamento elaborado com base no historial da Câmara Municipal, pegando em algumas bases de trabalho, designadamente com exemplos de outras Câmaras retirando o melhor de cada uma. -----

Este regulamento pretende uma outra eficiência, para melhor servir os Municípios. É um regulamento que irá responsabilizar, implicar as chefias e cada um saberá o que lhe compete e a melhor forma de servir a população. Mais uma vez refere que o objetivo é melhorar o serviço prestado, dar uma resposta mais rápida e eficiente, maior agilização nos trabalhos com as Juntas de Freguesia e uma maior interação entre o poder político e os respetivos serviços.-----

Tem também em vista a descentralização de competência do Estado e daí ter havido um reforço focado na Ação Social, Educação e, principalmente, nos Recursos Humanos, pois que com a descentralização da educação e da saúde teremos mais cem colaboradores, que corresponde a metade dos que a Câmara tem atualmente.-----

A estrutura foi elaborada, considerando não o número de colaboradores de cada divisão, mas sim com o número de processos que passa por cada uma e que tem de ser tratado com a maior celeridade.-----

Aberto o debate, tomou da palavra o primeiro inscrito, Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, deixando claro que fazia a sua intervenção a título pessoal, até porque quando se está a discutir a reorganização de um organização julga que não se está a tomar uma decisão política, mas uma decisão que tem a ver com uma eficiência desse organização.-----

Referiu que não se iria imiscuir nas questões do Executivo, até porque não conhece muito bem o funcionamento, não está lá dentro e, nesse aspeto, dá naturalmente o benefício da dúvida ao Executivo e à proposta apresentada, pois

2021.12.29

são eles que conhecem muito melhor o que são as necessidades, o dia-a-dia da instituição Câmara Municipal e também são eles, mais que ninguém, que pretendem que o Município dê uma resposta eficiente à população. Até porque a população os vai julgar daqui a quatro anos e os vai julgar também pela forma como o executivo camarário respondeu aos munícipes. -----

Daí que a sua preocupação enquanto membro desta Assembleia Municipal e das funções de fiscalização tenha mais a ver com o verificar se este esquema de organização põe em causa aquilo que é a sustentabilidade financeira do Município. E, para isso, fez um *benchmarking*, ao comparar aquilo que é o nível de Despesas com o Pessoal que esta organização provoca com aquilo que é a média nacional dos 308 municípios que compõem o nosso País. Assumindo como pressuposto que o Orçamento para 2022 já prevê esta nova realidade, utilizou as Despesas com pessoal que lá estão vertidas e fez o cálculo de dois rácios. Para fazer *benchmarking* tem de usar dados relativos e não absolutos, que naturalmente não são compatíveis com realidades diferentes, não é possível comparar as despesas com pessoal de Lisboa com as despesas com pessoal de Vale de Cambra. Fez uma comparação entre os rácios fundamentais de que existe informação nacional. Calculou o rácio das despesas com pessoal com as despesas correntes, já que é uma grande parte das mesmas; e também comparou o rácio das despesas como o pessoal com as despesas totais. Verificou o seguinte: o rácio das Despesas de Pessoal com as Despesas Correntes é em Vale de Cambra e para 2022 de 46%, já a nível nacional em 2018 foi de 42%, em 2019 foi de 43% e em 2020 foi de 45%; portanto comparando os dados nacionais de 2020 com os dados previsionais de 2022 para Vale de Cambra há aqui apenas uma variação desfavorável, um agravamento de 1 ponto percentual. Mas esta subida que a nível nacional tem sofrido um agravamento de



(Handwritten signature)

1%/ano é provável que em 2022 seria de 47%, aqui até seria 1% inferior mas, parte do princípio que estarão ao mesmo nível.-----

Se comparar o rácio das Despesas com Pessoal com as Despesas Totais, a nível local, no Orçamento esse rácio é de 26%, e a nível nacional foi de 29% em 2018, de 30% em 2019, e 30% em 2020, ou seja mesmo que os dados que a nacional sejam iguais a 2020 nós estamos 5% abaixo da média nacional. Deduz que este peso que os custos com o Pessoal têm nas nossas Contas estarão ao nível ou até ligeiramente abaixo daquilo que estão a nível nacional nos 308 Municípios.----

Mas foi mais longe e fez uma análise de sensibilidade porque não temos a certeza que elas não possam subir e utilizando aqui um crescimento hipotético de 2,5%, a variação que iria ter no rácio com as Despesas de Pessoal sobre as Despesas Correntes seria de mais 0,6% e nas Despesas Totais de mais 0,5%, ou seja, não põe em causa o equilíbrio das contas do município. Por essa razão e por entender que o Executivo é que deve saber a forma como se organizar, informou do seu sentido de voto favorável.-----

Mais que uma organização, o que conta são as pessoas que vão estar nessa organização, a forma como são profissionais e eficientes. No entanto, em termos de gestão moderna tudo aponta para estruturas mais *flat*, isto é, mais planas como aquela que está aqui a ser apresentada.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal José Hermínio Tavares Fernandes, após cumprimentar os presentes, proferiu a intervenção que, se transcreve, de acordo com documento entregue: “Analisado o novo organigrama do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vale de Cambra, verifica-se que existe um aumento substancial da estrutura das chefias, que se pode comparar com Municípios de muito maior dimensão como seja o caso da Câmara Municipal de Guimarães.-----

2021.12.29

Assim esperamos e desejamos que esta nova estrutura se venha a traduzir por uma maior capacidade de resposta aos nossos concidadãos, maior eficiência e eficácia nas respostas aos pedidos efetuados pelos mesmos. -----

Por outro lado não é clara a forma de articulação entre as chefias e os vereadores responsáveis pelos vários pelouros.-----

Assim, a bancada optará pela abstenção e esperamos que se verifique um melhor serviço prestado aos Municípios."-----

Interveio, de seguida, o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, pedindo desculpa a todos pelo seu atraso, por motivos de saúde, que em nada têm que ver com o COVID.-----

De seguida, relativamente ao assunto em apreço, quis destacar três pontos, e desde logo, o primeiro já referido pelo Deputado José Soares, é o Equilíbrio financeiro; Depois, há que potenciar a eficiência dos órgãos municipais, o atendimento, a forma como os processos são ou não céleres. Isso é uma responsabilidade brutal por parte de quem governa e de quem faz a gestão dos recursos humanos. Por fim, outro pilar importante são os direitos/necessidades das pessoas para que possam desempenhar as suas funções, nomeadamente formação adequada aos cargos que desempenham. Hoje, o espelho do Município são os seus recursos humanos, é importante que o Município possa dar aos seus colaboradores condições flexíveis, práticas, de proximidade entre as chefias, para que se transforme em algo mais célere, mais eficiente e mais eficaz. As pessoas querem ter uma resposta rápida. -----

Há um desafio pela frente – a passagem para o digital, mas sem esquecer que Vale de Cambra é um território extremamente envelhecido e portanto os serviços de atendimento presenciais são fundamentais para assegurar que todos tenham acesso à informação e vejam os seus problemas resolvidos. É óbvio que é



(Handwritten signature)

impossível votar contra algo como isto, mas também não consegue votar favoravelmente por não conhecer a organização por dentro, assim vai abster-se perante a proposta e dar benefício da dúvida ao executivo perante a reorganização e depois veremos se esta reorganização está ou não à altura dos desafios que estão pela frente.-----

É importante, também, que a informação chegue célere aos serviços, é importante que o cidadão chegue ao balcão de atendimento para obter um esclarecimento que não demore a obter resposta mas, por vezes, a culpa não é do Colaborador mas de quem não lha presta ou a presta errada. Fala por experiência própria. Portanto, esta reorganização deve ser acompanhada de formação adequada e permanente, por forma a que os Colaboradores estejam preparados a responder a todas as questões e quanto a todos os dossiers. -----

No uso da palavra a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins questionou o senhor Vereador dos Recursos Humanos se as pessoas que entram agora para o “quadro” são pessoas que estavam a recibos verdes, como é o caso da revisão do PDM, ou se vão entrar pessoas por outro tipo de concurso.-----

Pressupondo que os recursos humanos são imprescindíveis para o funcionamento do Município, deu nota que votará favoravelmente.-----

Respondeu, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Vereador do Pelouro, José Alexandre Pinho Coutinho Bastos Pinho, referindo que o que está em causa é a reorganização dos serviços onde está implícito o Organograma da Câmara Municipal, nada tendo propriamente a ver com o Mapa de Pessoal. Se se refere às chefias, sim terão de ser colocadas por concurso.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do ponto, tendo o Sr. Presidente da Assembleia declarado que, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 5, do Regimento exercerá o seu direito de voto em último lugar.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Vale de Cambra e seus três anexos, de acordo com a proposta da Câmara Municipal de 13/12/2021, por maioria de dezoito votos a favor, com seis abstenções (dos Deputados Municipais do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro e José Hermínio Tavares Fernandes; do PPD/PSD João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares e Daniel Alexandre Barbosa; e do CDS/PP Manuel Miguel Pinheiro Paiva).-----

Com a entrada em vigor deste novo Regulamento, e nos termos do disposto no seu artigo 24.º, é revogado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Vale de Cambra publicado no DR, II Série, n.º 136 de 17/7/2014, sob o Despacho n.º 9316/2014.-----

3. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2022 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 28/12/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do Mapa de Pessoal para 2022, nos termos do qual se prevê criar 9 cargos de Direção intermédia de 2.º grau, dois cargos de Direção intermédia de 3.º grau, um Técnico Superior e um Assistente Técnico. Não obstante a documentação tenha sido distribuída, concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que, referiu que este Mapa reflete basicamente a realidade do Município no momento, a previsão de novos lugares não está aqui claramente vertida. Quanto ao que esteve subjacente à retirada do ponto na última sessão, o Vereador do Pelouro explicará o assunto. No início do próximo ano e em prol das necessidades futuras por exemplo do novo cinema, Centro Interpretativo da Serra da Freita, aquando da incorporação do saldo de gerência no orçamento, será o mesmo alterado.-----



[Handwritten signature]

Pedi desculpa por ter de se ausentar da sala durante algum tempo, ficando neste momento, em representação da Câmara o seu Vice-Presidente.-----

A pedido do Sr. Presidente da Câmara interveio o Vereador com competências na Área dos Recursos Humanos, José Alexandre Coutinho Bastos Pinho, no que diz respeito ao Mapa disse que reflete o que é o organograma aprovado no ponto anterior, é a materialização do que está no Organograma. Este poderá e, deverá, ser revisto em fevereiro aquando da aprovação do saldo de gerência, face às necessidades reais do Município. Neste momento é um Mapa minimalista, que dá resposta às questões mais urgentes da Câmara.-----

No que refere ao suplemento de penosidade e insalubridade, foi um processo decorrente da legislação que saiu em novembro deste ano, que prevê este suplemento para os assistentes operacionais que fazem determinados tipos de atividade. Informou ter solicitado parecer jurídico sobre o pagamento do referido suplemento já em 2021. Relativamente ao Mapa para 2022 ele tem vertidas as categorias que vão beneficiar deste suplemento, para se fazer essa avaliação foi solicitado parecer técnico à Técnica Superior de Higiene e Segurança no trabalho e ao Médico de Saúde no Trabalho que fundamentaram a opção e definiram grau de insalubridade para cada situação. Tendo havido alguma dificuldade na elaboração pelo que foi recebido em cima da hora de agendamento, e também porque seria pedido parecer ao Sindicato dos Trabalhadores foi dito que o mesmo não era um parecer vinculativo, no entanto, era obrigatório, assim foi revogada a primeira deliberação de Câmara atendendo à receção posterior desses ofícios. Referenciou o teor de algumas propostas pelos mesmos que deveriam ser colocadas ao governo e não à Câmara Municipal. No seguimento, da reunião de 28/12 é agora submetido à Assembleia Municipal agora munidos de todos os documentos.-----

2021.12.29

O Sr. Presidente da Assembleia abriu o debate, mas não existindo pedidos de palavra passou, de imediato, à votação. Mais referiu que, à semelhança do ponto anterior exerceria o seu direito de voto no final.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezoito votos a favor, com seis abstenções (dos Deputados Municipais do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro e José Hermínio Tavares Fernandes; do PPD/PSD João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares e Daniel Alexandre Barbosa; e do CDS/PP Manuel Miguel Pinheiro Paiva), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2022, de acordo com a proposta da Câmara Municipal de 28/12/2021.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou da palavra o primeiro inscrito, Senhor Albano de Oliveira Braga, cumprimentando todos os eleitos com uma saudação especialmente aos novos elementos do Executivo e da Assembleia Municipal, de todos os partidos.---

Deu os parabéns ao Executivo pela aprovação das novas ARU's permitindo aos proprietários o acesso a benefícios fiscais nas recuperações dos seus imóveis. Acolheram-se as propostas do mandato anterior (2017/21) do PSD, PS e de si próprio enquanto Deputado Municipal.-----

Relativamente ao PDM espera dos atuais eleitos, de todos sem exceção, um Plano que vá de encontro às aspirações de todos Valecambrenses e não sirva os interesses de alguns com poder económico.-----

De seguida, no cumprimento do que prometera enquanto exercia funções de Deputado Municipal, informou que recebido parecer da CCDRN (via Sr. Presidente da AM) quanto a se um Deputado poderia votar determinadas matérias, designadamente a derrama, sendo administrador de empresas com



sede em Vale de Cambra, e referia-se concretamente ao Deputado José Soares, o parecer é claro pode votar os assuntos. Na outra questão levantada, sobre a discussão e votação de determinadas matérias, designadamente atribuição de subsídios e assinaturas de contratos-programa pelos Presidentes de Junta, o Parecer recebido da CCDRN diz que os Presidentes de Junta não podem participar em questões que digam respeito às suas Juntas de Freguesia.-----

Outra questão, tinha que ver com o pagamento da Derrama de 2018 de determinada entidade, solicitou informação técnica a uma entidade oficialmente, cuja resposta ainda não recebeu. Se a receber virá prestar informação.-----

Por fim, referiu que lhe contaram, não sabe se é verdade, que a Câmara Municipal atribuiu um n.º de policia para uma empresa sita na Zona Industrial de Algeriz empresa essa que está ilegal; questionou como pode isto acontecer.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, esclareceu, relativamente ao Parecer emitido sobre a participação dos Presidentes de Junta, entende a CCDRN que é uma questão duvidosa e que deve ser clarificada em termos legislativos. Vai pedir para que o mesmo seja distribuído.-----

De seguida, usou da palavra o segundo inscrito, Senhor Rogério Batista da Costa (Presidente da Comissão Política Concelhia do PPD/PSD), intervindo como cidadão e residente na Freguesia de Macieira de Cambra, colocou as seguintes questões:-----

- A “estrada de Lourosa” está orçamentada neste Plano? Para além da sua pavimentação está previsto o saneamento?-----

- A estrada da Ribeira em Algeriz, também está orçamentada neste Plano?-----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a forma concisa como colocou as questões.-----

2021.12.29

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, em resposta ao Sr. Albano Braga, referiu que foi um entendimento da Câmara Municipal logo desde a criação das duas primeiras ARU's, ficou entendido que criariam outras nas Freguesias. Faltam agora as ORU's para dar corpo às mesmas.-----

Em relação ao PDM obviamente o objetivo é servir as populações. Quanto a afirmação do Sr. Albano sobre servir o poderio económico, respondeu que não sabe como se conseguiria sequer fazer isso em termos objetivos. Um PDM tem de ser transversal a toda a sociedade Valecambrense, numa estratégia de desenvolvimento e no cumprimento da legislação aplicável; sendo que aqui como em todos os Municípios há munícipes com maior ou menos poder económico. Estão identificadas carências económicas que a Câmara procura apoiar. -----

No que se refere ao número de porta, sem saber qual é a empresa não pode averiguar a situação. Explicou que o procedimento de atribuição de números de policia, não carece de Despacho da parte política, processa-se meramente com requerimento do Munícipe e atribuição automática do sistema conforme Regulamento definido. Pediu ao Sr. Albano Braga que indique o nome da empresa. -----

Em resposta à intervenção do Sr. Rogério Batista da Costa referiu que a estrada de Lourosa (do Campo da Raposeira a Porto Novo) está prevista no procedimento em curso, não se iniciou a obra mas está já adjudicada, consignada e com PSS aprovado. Mais informou estar previsto o saneamento.-----

Quanto à estrada da Ribeira em Algeriz, referiu que, também está prevista intervenção ao nível das infraestruturas básicas e a sua repavimentação.-----

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, elaborar a

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2021.12.29

minuta da ata da sessão, aprovando de seguida, com os mesmos votos, o texto/teor da mesma.-----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente**O 1.º Secretário****A 2.ª Secretária**

2021.12.29

A vertical sheet of white paper with a solid black border on the left and right sides. The page is filled with horizontal dashed lines, spaced evenly down the page, providing a guide for writing. There are 20 dashed lines in total, starting from the top margin and ending at the bottom margin.